

# A reprodução de silêncios canônicos

## Uma releitura de Habermas no contexto da escravidão e do tráfico de pessoas escravizadas<sup>1</sup>

**WENDY WILLEMS**

*London School of Economics and Political Science,  
Londres, Reino Unido*

As discussões recentes sobre a “descolonização” da produção de conhecimento destacam a importância de centralizar perspectivas “das margens” – uma ação fundamental, mas insuficiente, na medida em que corremos o risco de manter o cânone intacto. O livro de Jürgen Habermas sobre a esfera pública burguesa é uma das obras canônicas mais citadas e discutidas nos Estudos da Mídia e da Comunicação. A partir do caso das cafeterias e dos jornais de Londres, este artigo defende um gesto de re-engajamento crítico com pensadores canônicos. Aborda-se como o surgimento de uma esfera pública burguesa na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII pode ser vista por meio de uma releitura situada no contexto da escravidão e do tráfico de pessoas escravizadas. Evidencia-se que a raça não oferece meramente um outro “prisma” para examinar a esfera pública burguesa – ao contrário, a raça é aquilo que viabiliza sua existência e é constitutiva dessa esfera pública. A reprodução de silêncios canônicos por meio da continuidade da circulação de obras influentes traz certas implicações para os modos como conceituamos públicos racializados na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Produção de conhecimento. Esfera pública. Públicos. Habermas. Raça. Escravidão. Tráfico de pessoas escravizadas.

Recent discussions on “decolonizing” knowledge production have often foregrounded the importance of centering “marginal” perspectives, which is crucial but insufficient as it risks leaving the canon untouched. Jürgen Habermas’ book on the bourgeois public sphere is one of the most frequently cited and debated canonical texts in media and communication studies. Drawing on the case of London’s coffee houses and newspapers, this article argues for a critical re-engagement with canonical thinkers. It examines what the emergence of a bourgeois public sphere in 17th- and 18th-century England looks like if we re-read it within the context of slavery and the slave trade. The article demonstrates that race does not simply provide another “prism” to examine the bourgeois public sphere but instead enables and is constitutive of it. The reproduction of canonical silences through the continued circulation of influential texts has implications for how we conceptualize racialized publics in contemporary times.

**Keywords:** Knowledge production. Public sphere. Publics. Habermas. Race. Slavery. Slave trade.

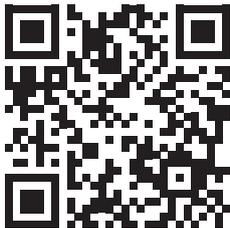
## Wendy **WILLEMS**

Doutora em Estudos de Mídia e Cinema pela Universidade de Londres, professora do Departamento de Mídia e Comunicação da Faculdade de Economia e Ciência Política de Londres (LSE).

London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido

**Email:** [w.willems@lse.ac.uk](mailto:w.willems@lse.ac.uk)

### **ORCID**



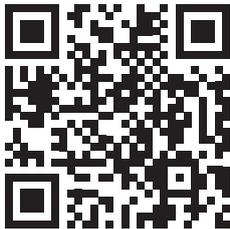
## Lucianna **FURTADO**

Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG), doutora pela mesma instituição. Integrante do Coragem – Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero.

Universidade Federal de Minas Gerais,  
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

**E-mail:** [lucianna.furtado@gmail.com](mailto:lucianna.furtado@gmail.com)

### ORCID



## Introdução

A noção da “esfera pública” é um dos conceitos-chave no campo dos Estudos da Mídia e da Comunicação. O livro que cunhou o termo, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*, de autoria de Jürgen Habermas (publicado em alemão em 1962 e traduzido para o inglês em 1989<sup>2</sup>), pode ser considerado como uma das obras canônicas mais citadas e discutidas do nosso campo. Naturalmente, é também uma das obras que provocam debates mais intensos, em que os críticos destacam os modos como a esfera pública de Habermas excluiu mulheres (Fraser, 1992) ou pessoas da classe trabalhadora (Negt; Kluge, 1993 [1972]), contestando sua crença em uma esfera pública unitária (Gitlin, 1998) ou questionando seu foco em um debate crítico-racional que desconsidera o papel da emoção (Mouffe, 2000). De certo modo, até mesmo as críticas a este “conceito essencialmente contestado” (Rauchfleisch, 2017) se tornaram parte do cânone.<sup>3</sup>

Apesar dessas limitações, a noção de Habermas de esfera pública inspirou uma série de pesquisadores do nosso campo, que viram sua utilidade como um ideal normativo para avaliar o papel dos espaços de deliberação surgidos por meio da mídia massiva moderna, tais como a televisão, o rádio, a mídia impressa (Butsch, 2007; Dahlgren, 1995; Lunt; Livingstone, 2002) e, mais recentemente, as mídias digitais e as mídias sociais (Benkler, 2006; Dahlgren, 2005; Papacharissi, 2002). O apelo da noção habermasiana de esfera pública deve ser compreendido no contexto específico do período pós-Guerra Fria, marcado pela retomada do interesse na sociedade civil e pela esperança renovada em processos de democratização em escala global (Calhoun, 1992).

A circulação global da noção de *esfera pública* indica que as ideias de Habermas são, portanto, uma parte sólida da história do campo científico dos Estudos da Mídia e da Comunicação. A questão que ainda não foi suficientemente debatida é como o autor se amparou na história em *Mudança estrutural da esfera pública*. Embora seu conceito tenha sido aplicado inúmeras vezes para referir-se a uma série de instituições e tecnologias midiáticas contemporâneas, seu livro oferece, basicamente, um relato *histórico* do surgimento de “uma esfera pública onde as pessoas privadas se reúnem como um público e discutem questões de comum interesse” (Habermas, 1989 [1962], p. 27, tradução nossa<sup>4</sup>) na Inglaterra, na França e na Alemanha dos séculos XVII e XVIII. Como Habermas aponta, seu conceito trata de uma noção histórica específica do contexto europeu ali estudado:

Outra peculiaridade do nosso método resulta da necessidade de ter de proceder, ao mesmo tempo, sociológica e historicamente. Concebemos a esfera pública burguesa como uma categoria típica de uma época. Ela não pode ser descontextualizada do histórico particular do desenvolvimento dessa “sociedade civil” [...] originada na Alta Idade Média europeia; tampouco pode ser transferida ou generalizada como um tipo ideal para outras situações históricas que representem constelações similares em termos formais (Habermas, 1989, p. xvii, tradução nossa).<sup>5</sup>

**02** A obra foi publicada em português em 1984, pela editora Tempo Brasileiro [N.T.].

**03** Outras críticas menos conhecidas abordaram a natureza eurocêntrica do relato de Habermas sobre a esfera pública e sua impossibilidade de aplicação fora do contexto da Europa Ocidental. Ver, por exemplo, Dalleo (2011), De Sousa Santos (2012), Gunaratne (2006) e Min (2014).

**04** No original: “a sphere where private people come together as public and discuss matters of common concern” [N.T.].

**05** No original: “The other peculiarity of our method results from the necessity of having to proceed at once sociologically and historically. We conceive bourgeois public sphere as a category that is typical of an epoch. It cannot be abstracted from the unique developmental history of that “civil society” [...] originating in the European High Middle Ages; nor can it be transferred, ideal-typically generalized to any number of historical situations that represent formally similar constellations” [N.T.].

A precisão histórica do livro de Habermas tem sido questionada por diversos historiadores. Por exemplo, Downie (2004, p. 2, tradução nossa<sup>6</sup>) argumenta que:

Há [...] problemas em cada um dos “eventos-chave” citados por Habermas. De fato, não é exagero afirmar que é possível questionar a precisão de quase tudo o que ele escreve sobre a “Grã-Bretanha” dos séculos XVII e XVIII, incluindo suas afirmações sobre arte e arquitetura, literatura, música e teatro.

O(s) uso(s) da história têm sido cada vez mais questionados nos últimos anos, no contexto dos protestos #RhodesMustFall, de 2015, e #BlackLivesMatter, de 2020. Esses movimentos também inspiraram revisões de histórias de campos científicos – por exemplo, as contribuições de Meghji (2020) sobre “descolonizar a sociologia”, e as de Shilliam (2021) sobre “descolonizar a política” –, que destacam como determinados campos acadêmicos foram cúmplices do projeto colonial ao mesmo tempo em que apagaram os legados da escravidão, do tráfico de pessoas escravizadas e do colonialismo de suas abordagens teóricas. Esses casos se somam a uma história mais antiga de revisionismo na Antropologia, um campo que, devido a sua conexão mais próxima e mais visível com o colonialismo, tem refletido sobre essas questões desde a década de 1970 (Asad, 1973).

Evidentemente, tanto as origens como os objetos de estudo dos Estudos da Mídia e da Comunicação (tomados aqui mais como um campo do que como uma disciplina) se localizam, majoritariamente, no passado recente, do início a meados do século XX (Park; Pooley, 2008; Simonson; Park, 2016). No entanto, os ideais normativos associados aos debates no campo fazem parte de uma história muito mais antiga de ideias e conceitos, relacionada ao surgimento do liberalismo europeu e da modernidade liberal. Podemos rastrear as origens da noção de liberdade de expressão, por exemplo, aos filósofos da Inglaterra do século XIX, como John Stuart Mill. A obra de Habermas *Mudança estrutural da esfera pública* é fortemente fundamentada nas ideias desse contexto e pode ser considerada, em muitos aspectos, como uma celebração da modernidade liberal europeia.

No entanto, o liberalismo moderno difundido pela filosofia política europeia é profundamente contraditório e ambíguo. Como aponta Lowe (2015, p. 3, tradução nossa<sup>7</sup>), enquanto o liberalismo fazia “promessas universais de direitos, emancipação, trabalho assalariado e livre comércio”, estas eram liberdades concedidas a poucos, que dependiam fortemente da negação da liberdade para outros. As ideias associadas ao liberalismo moderno, refletidas por meio dos “direitos políticos liberais e dos direitos econômicos à propriedade e ao comércio presentes no pensamento de Locke também foram notoriamente utilizados para justificar o tráfico e a propriedade de pessoas escravizadas” (Lowe 2015, p. 11, tradução nossa<sup>8</sup>). O foco da autora nas “intimidades de quatro continentes” (tradução nossa<sup>9</sup>) permite situar a esfera pública habermasiana em um contexto histórico transnacional. Frequentemente, os territórios europeus do século XVIII são descritos como “nações”, mas isso não reflete seu *status* naquela época. Como argumenta Bhambra (2019, p. 176, grifo da autora, tradução nossa<sup>10</sup>), “uma compreensão conceitual mais adequada demanda que levemos

**06** No original: “[t]here are [...] problems with each of the key ‘events’ cited by Habermas. Indeed, it would not be putting the matter too strongly to say that one can quibble about the accuracy of almost every sentence he writes about seventeenth- and eighteenth-century ‘Britain’, including his assertions about art and architecture, literature, music and the theatre” [N.T.].

**07** No original: “universal promises of rights, emancipation, wage labor, and free trade” [N.T.].

**08** No original: “Lockean liberal political and economic rights to property and commerce were also notoriously employed to justify the slave trade and the ownership of slaves” [N.T.].

**09** No original: “the intimacies of four continents” [N.T.].

**10** No original: “a more adequate conceptual understanding requires us to take seriously the imperial histories that were constitutive to the formation of modern states and their populations” [N.T.].

a sério as histórias imperiais que foram constitutivas da formação dos Estados modernos e *de suas populações*. As “nações” europeias, como Grã-Bretanha, França e Alemanha, eram “formações imperiais constituídas por um Estado colonizador e pelos territórios e populações incorporadas por este Estado” (Bhambra 2021, p. 69, tradução nossa<sup>11</sup>).

A noção habermasiana de esfera pública inspirou pesquisadores a refletirem sobre a existência uma esfera pública global ou transnacional no contexto das tecnologias de comunicação, como a televisão por satélite e a internet (Castells, 2008; Fraser; Nash, 2014; Sparks, 2001; Volkmer, 2014). No entanto, sua compreensão da esfera pública do século XVIII na Grã-Bretanha, na França e na Alemanha era, predominantemente, uma concepção nacional. Considerando o caráter estreitamente interconectado das histórias da Europa, da África e das Américas, conforme destacado por Lowe (2015) e Bhambra (2019; 2021), é importante revisitar o relato histórico de Habermas sobre o surgimento da esfera pública na Grã-Bretanha no século XVIII. Como destacado por Bhambra (2021, p. 81, tradução nossa<sup>12</sup>), a modernidade não “surge da separação ou da ruptura, mas por meio das histórias conectadas e entrelaçadas da colonização europeia”. Por isso, neste artigo, eu abordo como a esfera pública burguesa europeia de Habermas pode ser vista por meio de uma releitura situada no contexto da escravidão e do tráfico de pessoas escravizadas. Em vez de oferecer uma história completa e revisionista do caráter profundamente racializado da esfera pública burguesa descrita por Habermas, este artigo utiliza *Mudança estrutural da esfera pública* como exemplo para desenvolver um argumento mais amplo sobre a importância de intervir no cânone e provocar rupturas, expondo os silêncios presentes em obras canônicas, juntamente ao trabalho fundamental de centralizar perspectivas “das margens”.<sup>13</sup>

## O cânone e os usos da história nos Estudos da Mídia e da Comunicação

Os protestos #RhodesMustFall, em 2015, e #BlackLivesMatter, em 2020, provocaram debates sobre o caráter da produção de conhecimento e o papel dos legados coloniais. Por exemplo, pesquisadores africanos – tanto no continente como na diáspora – enfatizam a necessidade de centralizar a África nos Estudos da Mídia e da Comunicação e de problematizar as afirmações de universalidade presentes em boa parte das produções acadêmicas com foco nos Estados Unidos e na Europa (Mano; Milton, 2021; Mutsvaio, 2018).

Pesquisadores nos Estados Unidos destacam as relações de poder racializadas no campo dos Estudos da Mídia e da Comunicação, destacando a marginalização de pesquisadores de cor nas taxas de publicação, de citação e nas posições editoriais em periódicos no campo (Chakravartty *et al.*, 2018; Ng *et al.*, 2020). Essas iniciativas são fundamentadas em antigas reivindicações para melhor compreender a natureza “racializada” do campo da Comunicação. Martin e Nakayama (2006, p. 2) oferecem três pontos produtivos para entender a relação entre raça e comunicação:

- 1) Histórias raciais e dados demográficos raciais informam e refletem comportamentos comunicacionais;
- 2) A concepção e o estudo da Comunicação são racializados – historicamente e contemporaneamente;
- 3) O campo da Comunicação é racializado.

<sup>11</sup> No original: “imperial formations constituted by a colonizing state and the territories and populations that were incorporated” [N.T.].

<sup>12</sup> No original: “emerge from separation or rupture, but through the connected and entangled histories of European colonization” [N.T.].

<sup>13</sup> Eu utilizo “das margens” entre aspas para problematizar este termo e para enfatizar sua natureza relacional. Evidentemente, as perspectivas supostamente “das margens” mencionadas aqui são centrais para dar sentido ao que é chamado de “centro”.

Embora essas três questões estejam interconectadas, o segundo ponto nos interessa especialmente neste contexto. Ao oferecer uma releitura de *Mudança estrutural da esfera pública*, este artigo evidencia as falhas de Habermas em sua concepção de esfera pública, por não considerar seu caráter como um espaço racializado e conectado ao projeto mais amplo do imperialismo europeu. Como apontei acima, o livro de Habermas se tornou uma obra canônica no campo dos Estudos da Mídia e da Comunicação, bem como em outros campos relacionados, como a Ciência Política, a Sociologia e os Estudos Literários. Esse livro é, portanto, uma parte fundamental da história da intelectualidade propriamente dita (Rauchfleisch, 2017).

A importância das histórias intelectuais reside em sua capacidade de auxiliar a demarcar disciplinas e campos, sinalizando que tipo de conhecimento deve ser valorizado e que tipo merece ser ignorado ou permanecer nas periferias. Desse modo, qualquer história intelectual é contestada (Park; Pooley, 2008; Willems, 2014), e qualquer história inclui “um pacote específico de silêncios” (Trouillot, 1995, p. 27, tradução nossa<sup>14</sup>).

Mukherjee (2020, p. 152, tradução nossa<sup>15</sup>) argumenta que o campo dos Estudos da Comunicação “permanece tão branco porque seus especialistas e suas lideranças continuam a ignorar seu próprio DNA institucional, deliberadamente desconhecendo elementos profundamente racializados de sua própria história intelectual”. Em vez de destacar o racismo institucional que moldou o surgimento do nosso campo, meu foco aqui se dirige aos usos da história no contexto das histórias intelectuais do campo da Mídia e da Comunicação. Dando visibilidade ao contexto transnacional e racializado mais amplo no qual a esfera pública burguesa europeia surgiu, este artigo provoca uma discussão sobre como a história é compreendida no contexto das histórias intelectuais do nosso campo.

O gesto de desafiar os usos da história em obras canônicas é uma forma de somar esforços a outras iniciativas existentes para intervir e provocar rupturas com o cânone. Nos Estudos da Mídia e da Comunicação, o hábito de alçar determinadas obras ao *status* de cânone é defendido por alguns “como mecanismos de eficiência para proteger os estudantes ou pesquisadores de precisarem desbravar as terras selvagens da literatura” ou como “formas de filtrar quantidades gigantescas de material de leitura” (Katz *et al.*, 2002, p. 4, tradução nossa<sup>16</sup>). De maneira problemática, cânones costumam ser considerados como representativos do “interesse e da qualidade intelectuais” e de formas de “estabelecer padrões” (Katz *et al.*, 2002, p. 4-5, tradução nossa<sup>17</sup>), em vez de serem tomados como exemplos da “padronização e normalização institucionalizadas da branquitude e da masculinidade” (Baugh-Harris; Wanzer-Serrano, 2018, p. 338, tradução nossa<sup>18</sup>).

Inspiradas por teorias do Sul, pelas epistemologias negras e por abordagens indígenas e decoloniais, discussões recentes sobre a descolonização da produção de conhecimento destacam a importância de centralizar perspectivas “das margens” (Connell, 2007), reconhecendo a pluriversalidade do(s) conhecimento(s) (Escobar, 2020), oferecendo éticas e métodos de produção de conhecimento alternativos (Smith, 1999) e questionando exatamente o que é considerado como teoria (McKittrick, 2021). Em nosso campo, algumas propostas recentes nessa seara incluem formas de desafiar o cânone por meio da centralização de perspectivas marginalizadas (Mohammed, 2022; Na’Puti; Cruz, 2022; Zidani, 2021), ou superando a “antiga crença de que o *status* de ‘cânone’ deveria sequer ser um objetivo” (Baugh-Harris; Wanzer-Serrano, 2018, p. 337, tradução nossa<sup>19</sup>).

**14** No original: “a particular bundle of silences” [N.T.].

**15** No original: “remains so white because its experts and leaders continue to ignore its own institutional DNA, deliberately not knowing profoundly raced elements of its own intellectual history” [N.T.].

**16** No original: “as efficiency mechanisms to protect students or scholars from wandering in the wilderness of the literature”; “ways to cut through overwhelming amounts of material” [N.T.].

**17** No original: “intellectual quality and interest”; “establish standards” [N.T.].

**18** No original: “the institutionalized standardization and normalization of whiteness (and maleness)” [N.T.].

**19** No original: “the long-held assumption that ‘canon’ should be a goal at all” [N.T.].

Todas essas estratégias são válidas e concretizam trabalhos de grande importância. No entanto, há o risco de deixar os cânones – e, conseqüentemente, a supremacia branca de modo mais amplo – praticamente intactos. Como nos alertou Shome 1996, p. 49, tradução nossa<sup>20</sup>), há cerca de duas décadas, em relação ao campo da retórica:

A solução, no entanto, não é simplesmente realizar mais estudos da retórica com pessoas não-brancas [...], pois isto seria apenas uma questão de estender o cânone por meio da adição de “outros”, ao invés de deslocá-lo ou desafiá-lo. Ao contrário, a solução passa por examinar criticamente e desafiar o próprio sistema de valores em que a retórica canônica e nossa produção acadêmica é baseada.

É fundamental desestabilizar a celebração acrítica da modernidade liberal europeia que reside no cerne da obra de Habermas *Mudança estrutural da esfera pública*, que considera a esfera pública burguesa como uma conquista-chave de diversos Estados-nações europeus em processo de “democratização”. Intervir nessa obra ajuda a provocar rupturas em sua legitimidade e a expor suas falhas e limitações. Considerando o *status* canônico da noção de “esfera pública”, é imperativo avaliar como a recirculação constante das ideias habermasianas ajuda a normalizar determinadas compreensões hegemônicas da história e a silenciar outras versões da história consideradas como periféricas. Como aponta Hesse (2007, p. 658, tradução nossa<sup>21</sup>), “considerando que conceitos e categorias são herdados por meio das tradições de pensamento, aquilo que se torna particularmente consagrado como herança de um pensamento, como uma linhagem de pensamento reconhecida ou legitimada, exerce uma poderosa presença convencional nas formações conceituais”. Justifica-se, portanto, a necessidade de dar visibilidade aos silêncios canônicos para garantir que estes não sejam infinitamente reproduzidos.

## Provocando rupturas com o sujeito universal da modernidade liberal

Vários pesquisadores destacam a omissão da raça, do colonialismo e da escravidão em relatos da modernidade liberal, especialmente no caso de pesquisadores filiados à Escola de Frankfurt (Bhambra, 2021; Hesse, 2007; Mukherjee, 2020). Jürgen Habermas é visto como parte de uma geração mais jovem de pesquisadores da Escola de Frankfurt que seguiram os passos de Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Theodor W. Adorno. Habermas ingressou no Instituto para Pesquisa Social em Frankfurt – a instituição associada à “Escola de Frankfurt” – em 1956 como pesquisador e professor assistente sob supervisão de Theodor W. Adorno (Corchia, 2015, p. 192). Isso aconteceu após a reconstituição da Escola de Frankfurt nesta cidade depois da Segunda Guerra Mundial, período em que a instituição havia sido temporariamente deslocada para Nova York. No início de sua estadia na Escola de Frankfurt, o autor escreveu sua pesquisa pós-doutoral sobre a esfera pública que, mais tarde, daria origem à publicação de seu livro em 1962.

A produção acadêmica da Escola de Frankfurt – e, especialmente, a da primeira geração de pesquisadores – foi profundamente marcada pela ascensão do nazismo na Alemanha e motivada por um impulso de compreender as causas do nazismo. Como Horkheimer e Adorno destacaram na obra *Dialética do esclarecimento*, “Nossa proposta era, de fato, nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (2002

**20** No original: “The solution, however, is not merely to do more rhetorical studies on nonwhite people [...], for that only becomes a matter of extending, instead of displacing or challenging, the canon by adding ‘others’. Rather, the solution is to critically examine and challenge the very value system on which the rhetorical canon and our scholarship is based” [N.T.].

**21** No original: “[b]ecause concepts and categories are inherited in traditions of thought, what becomes particularly consecrated as the heritage of thought, the recognized or legitimated lineage of thinking, exerts a powerful conventional presence on conceptual formations” [N.T.].

[1947], p. xiv, tradução nossa<sup>22</sup>). Segundo nos explica Mukherjee (2020, p. 158, tradução nossa<sup>23</sup>), os autores concluíram que “se tratava de um problema ocidental, enraizado na sanha iluminista de dominar a natureza”. No entanto, com esta conclusão, eles acabaram por não situar o projeto Iluminista no contexto mais amplo do colonialismo e do imperialismo europeus:

Nada os impedia [pesquisadores membros da Escola de Frankfurt] de direcionar esse *insight* para análises completas de como o Iluminismo europeu estava conectado aos projetos raciais do colonialismo e imperialismo europeus. No entanto, depois de 1950, a Escola de Frankfurt permaneceu majoritariamente focada nas conexões entre a modernidade e o autoritarismo, abordando o antissemitismo não nos termos de sua relevância como um projeto racial, mas como uma tecnologia generalizada do controle social moderno (Mukherjee, 2020, p. 158, tradução nossa<sup>24</sup>).

Assim como Mukherjee, vários outros pesquisadores destacam os pontos cegos na obra de Habermas. Por exemplo, a pesquisadora dos Estudos Literários Joanna Brooks (2005, p. 86, tradução nossa<sup>25</sup>) destaca as falhas de Habermas por não “investigar a fundo a racialização da esfera pública, especialmente em relação a questões de propriedade que foram fundamentais para a capitalização da classe média emergente”. Sobre o primeiro volume de *Teoria da ação comunicativa*, de 1984, de Habermas, o filósofo Emmanuel Eze (1998, p. 140, tradução nossa<sup>26</sup>) argumenta que categorias analíticas como o imperialismo, o colonialismo e o pós-colonialismo “não desempenham nenhum papel na teoria habermasiana da modernidade”. Em relação a seu livro mais recente, uma obra de dois volumes sobre a história da filosofia ocidental intitulada *Also a History of Philosophy* (publicado na Alemanha em 2019 e traduzido para o inglês em 2023, ainda sem tradução para o português), os críticos apontam que Habermas não apenas “dedica uma atenção limitada às contradições da escravidão e do colonialismo europeus, bem como à sua abordagem problemática por autores contemporâneos”, como, “ao contrário, enquadra os encontros coloniais como parte do processo de aprendizado, como estágios intermediários no caminho rumo ao universalismo moral” (Bloch, 2020, tradução nossa<sup>27</sup>).

O filósofo Charles Mills (2014 [1997], p. 129, tradução nossa<sup>28</sup>) afirma que “a noção habermasiana de modernidade, uma visão eurocêntrica, destituída de sua dimensão racializada e imperialista [conforme delineado em seu livro *The Philosophical Discourse of Modernity: Twelve Lectures*, de 1987, traduzido para o português em 2019 como *O discurso filosófico da modernidade*] demanda, por si só, uma abordagem crítica”. Ao questioná-lo sobre por que razão ele não escreve acerca de questões raciais, Habermas respondeu: “Porque eu não sou um nazista”.<sup>29</sup> A relutância do autor em discutir sobre raça pode estar relacionada à conotação na noção alemã de *Rasse* e ao racismo científico (*Rassenlehre*) que reside no cerne no nazismo.

**22** No original: “[w]hat we had set out to do was nothing less than to explain why humanity, instead of entering a truly human state, is sinking into a new kind of barbarism” [N.T.].

**23** No original: “it was a Western problem, rooted in the Enlightenment urge to dominate nature” [N.T.].

**24** No original: “Nothing prevented them [scholars’ part of the Frankfurt School, WW] from turning this *insight* toward full analyses of how Western Enlightenment was linked to the racial projects of European colonialism and imperialism. But, after 1950, the Frankfurt School, stayed, for the most part, focused on the linkages between modernity and authoritarianism, approaching anti-Semitism not in terms of its significance as a racial project but as a generalized technology of modern societal control” [N.T.].

**25** No original: “to investigate fully the racialization of the public sphere, especially in relationship to questions of property that were crucial to the capitalization of the emergent middle class” [N.T.].

**26** No original: “play no role in Habermas’ theory of modernity” [N.T.].

**27** No original: “devotes limited attention to the contradictions of European slavery and colonialism, as well as their problematic treatment by contemporaries”; “instead frames colonial encounters as moments in the learning process, way stations on the path toward moral universalism” [N.T.].

**28** No original: “Habermas’s Eurocentric, deraced, and deimperialized vision of modernity [as outlined in his 1987 book *The Philosophical Discourse of Modernity: Twelve Lectures*] itself stands in need of critique” [N.T.].

**29** (No original: “because I’m not a Nazi” [N.T.].) Esta declaração se baseia em uma conversa entre Charles Mills e o professor de Filosofia de Yale Jason Stanley. Disponível em: <<https://twitter.com/jasonintrator/status/1535458938698727424>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

Pode, ainda, refletir um debate público mais amplo na Alemanha sobre como o uso do termo raça pode ser visto como uma forma de compactuar com a ideologia racista ou de concretizá-la (Roig, 2016, p. 617–618). Em vez de traçar as conexões entre o colonialismo e o nazismo, o Holocausto é tratado como uma anomalia, e o fim do nazismo é equiparado ao fim do próprio racismo.

É importante dar visibilidade à omissão das histórias do colonialismo nas teorias da modernidade liberal. Embora reivindicuem uma ideia de universalidade, tais abordagens refletem primariamente um ponto de vista de privilégio branco e ocidental, que mascara “o lado mais obscuro da modernidade ocidental” (Mignolo, 2011, tradução nossa<sup>30</sup>). Muitas vezes, a modernidade é apresentada como o resultado de processos de transformação restritos à história europeia. No entanto, esse projeto está fortemente ancorado em “processos históricos mundiais de desapropriação, apropriação, extermínio e escravização” (Bhambra, 2021, p. 80, tradução nossa<sup>31</sup>). Segundo Bhambra (2021, p. 75, tradução nossa<sup>32</sup>) argumenta, “o sujeito moderno (europeu), definido nos termos de uma autopropriedade,<sup>33</sup> surge no contexto de discursos mais amplos de emancipação e se constitui por meio da prática de tomar outros como propriedade e se apropriar de seus meios de subsistência e reprodução”.

As histórias da escravidão raramente são discutidas nos Estudos da Mídia e da Comunicação, embora sejam fundamentais para o surgimento das instituições e tecnologias midiáticas. Os trabalhos de Armond Towns e Lyndsey Beutin são exceções nesse contexto; ambos destacam o caráter racializado de boa parte da produção acadêmica do campo. A releitura de Towns (2019) sobre o trabalho canônico de McLuhan através das lentes da abordagem do contrato racial, de Charles Mills, desconstrói o universalismo presente na noção de “Homem” de McLuhan. Towns (2019, p. 549, tradução nossa<sup>34</sup>) evidencia que “o Homem não é simplesmente qualquer um que faça uso da mídia ocidental, como a alfabetização fonética ou a imprensa; o homem é um ser ocidental, situado no tempo e no espaço”. O autor afirma, ainda, que o corpo negro – como propriedade privada do Homem – é um meio por si só que auxilia a constituir a humanidade ocidental. De maneira similar, Beutin (2021, p. 15, tradução nossa<sup>35</sup>) argumenta que o campo de Estudos da Comunicação “continua a aceitar e reafirmar um sujeito liberal universal, sem compreender como a história – especificamente a história da escravização racializada de pessoas como mercadoria e do colonialismo de povoamento – moldou o discurso do humanismo liberal de modo a garantir a hierarquia racial e o poder branco”. Assim, o ato de releitura dos cânones ajuda a expor suas falhas e limitações.

**30** No original: “the darker side of Western modernity” [N.T.].

**31** No original: “world-historical processes of dispossession, appropriation, elimination, and enslavement” [N.T.].

**32** No original: “[t]he modern (European) subject, defined in terms of self-ownership, comes into being in the context of wider discourses of emancipation and is constituted through the practice of taking others into ownership and appropriating their means of subsistence and reproduction” [N.T.].

**33** O termo *self-ownership* já foi traduzido para o português nas formas de “propriedade de si mesmo” ou “autopropriedade”, designando a autonomia do sujeito e sua autoridade sobre si. Neste contexto, Bhambra (2021) evidencia como esta noção moderna de autonomia, de ser “senhor de si”, se constitui de maneira relacional, ligada à experiência histórica de ser “senhor de outros”, que não podem, portanto, ser senhores de si [N. T.].

**34** No original: “Man is not just anyone who utilizes Western media, such as phonetic literacy or the printing press; man is a Western being, situated in time and space” [N.T.].

**35** No original: “continues to accept and affirm a universal liberal subject, without understanding how history—the history of racial chattel slavery and settler colonialism in particular—shaped the discourse of liberal humanism in ways that secured racial hierarchy and white power” [N.T.].

## Re-lendo Habermas

Em *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas descreve o surgimento de uma nova esfera da comunicação pública na Inglaterra, na França e na Alemanha dos séculos XVII e XVIII. Embora a Igreja e o Estado tenham desempenhado um papel importante no controle da circulação de ideias e de informações, a ascensão do capitalismo resultou em uma nova esfera pública “onde as pessoas privadas se reúnem como um público e discutem questões de comum interesse” (Habermas, 1989, p. 27, tradução nossa<sup>36</sup>). As cafeterias, jornais, revistas e outros periódicos constituíram as “estruturas sociais” que o autor considera como fundantes dessa nova esfera pública.

Em seu livro, Habermas (1989, p. 34) identifica o período entre 1680 e 1730 como uma “era dourada” das cafeterias na Inglaterra. As cafeterias estavam intrinsecamente ligadas ao estabelecimento de novos jornais, revistas e outros periódicos. As discussões públicas que aconteciam nas cafeterias alimentavam o conteúdo de publicações como *Tatler* e *The Spectator*, que noticiavam os debates em curso nesses locais (Habermas, 1989, p. 42-43). As cafeterias, por sua vez, mantinham uma variedade de jornais, revistas e outros periódicos disponíveis para leitura dos clientes em seus estabelecimentos. Os grupos de clientes que frequentavam essas novas instituições incluíam “as camadas mais amplas da classe média, incluindo artesãos e atendentes de comércios” (Habermas, 1989, p. 33, tradução nossa<sup>37</sup>), mas excluíam as mulheres. As cafeterias também eram conhecidas como “universidades de centavos” (Ellis, 1956, tradução nossa<sup>38</sup>); cobrava-se um centavo dos clientes pela entrada e uma xícara de café.

A cena das cafeterias em Londres representava um espaço de encontro fundamental para as novas elites comerciais, e muitas dessas cafeterias eram localizadas nas proximidades do Royal Exchange, fundado no século XVI como um centro comercial na cidade de Londres. Comerciantes, vendedores, marinheiros, agentes de seguros e banqueiros, todos esses grupos frequentavam as novas cafeterias. Em seu livro, Habermas narra como o surgimento desses espaços coincidiu com uma nova fase do capitalismo, que ele descreve por meio de eufemismos como “mercantilismo” e “comércio de longa distância”. O que ele não explica é como essa nova fase foi *viabilizada* pelos lucros da escravidão e do tráfico de pessoas escravizadas.

Em seu seminal livro *Capitalismo e escravidão*, publicado em 1944, Eric Williams argumenta que o “comércio triangular” do século XVIII entre a Europa, a África e as Américas foi fundamental para a Revolução Industrial na Grã-Bretanha, sua acumulação de lucros e seu crescimento econômico. Nesse contexto, a Grã-Bretanha exportava produtos manufaturados em troca de pessoas africanas que eram capturadas e transportadas para a América do Norte e a América do Sul e, em seguida, escravizadas e subjugadas ao trabalho forçado nas plantações. A Grã-Bretanha recebia, então, matéria-prima das Américas, como o açúcar e o algodão que abasteciam suas indústrias. Em seu livro *Marxismo negro: a criação da tradição radical negra*, de 1983, Cedric Robinson – cujo trabalho tem sido retomado nos últimos anos – expande o argumento de Williams por meio do conceito de *capitalismo racial* conformado pelas histórias da escravidão e do colonialismo.

Sendo a principal nação escravista depois de Espanha e Portugal, estima-se que a Grã-Bretanha capturou e transportou cerca de 3,3 milhões de pessoas africanas entre 1551 e 1825. A maioria dessas pessoas capturadas pelos comerciantes escravagistas britânicos foram escravizadas nas Américas (Eltis; Richardson, 2010, p. 23). No período descrito por Habermas como a “era dourada” das cafeterias, 683.000 pessoas africanas foram levadas do continente como prisioneiras. Uma pequena parte dessas pessoas chegava na Grã-Bretanha; a maioria como servos assalariados ou escravizados, e algumas como recém-libertas após

**36** No original: “where private people come together as public and discuss matters of common concern” [N.T.].

**37** No original: “the wider strata of the middle class, including craftsmen and shopkeepers” [N.T.].

**38** No original: “penny universities” [N.T.].

terem sido escravizadas. Embora os números possam variar de acordo com a fonte, estima-se que, em 1768, Londres tinha uma população negra de 20.000 pessoas, sendo que as estimativas variam entre 10.000 e 30.000 (Gerzina, 1995, p. 5).

Tanto as cafeterias como os jornais estavam intrinsecamente conectados ao tráfico de pessoas escravizadas e à escravidão de diversas formas. Em primeiro lugar, de maneira mais direta, estas instituições intermediavam a venda e a recaptura de pessoas escravizadas. Como Mullen, Mundell e Newman (2020, p. 82, tradução nossa<sup>39</sup>) argumentam, “anúncios de ‘à venda’ [...] eram uma característica cotidiana dos jornais ingleses e escoceses”, o que indica que “o tráfico de pessoas escravizadas era parte da rotina”. As cafeterias eram anunciadas como pontos de contato para prospecção de vendas. Como exemplo, um anúncio no *Daily Journal* de 26 de setembro de 1728 dizia: “À venda, um menino crioulo, com cerca de 11 anos de idade. Dirigir-se à Cafeteria Virginia na Threadneedle Street, atrás da Royal-Exchange”.<sup>40</sup> Muitas das crianças africanas escravizadas eram vendidas para trabalhar como servos domésticos.

Nesse contexto, tanto as cafeterias como os jornais ajudaram a sustentar a escravidão na Grã-Bretanha e desempenharam um papel importante na recaptura daquelas pessoas escravizadas que conseguiam escapar. Como Williams (2022 [1944], p. 98, tradução nossa<sup>41</sup>) afirma em *Capitalismo e escravidão*, “muitos anúncios de escravizados fugidos na *London Gazette* indicavam a [cafeteria] Lloyd’s como local para devolução”. Uma base de dados compilada recentemente, como parte de um projeto de pesquisa da Universidade de Glasgow, reúne mais de 800 anúncios de fugitivos publicados em jornais ingleses e escoceses entre 1700 e 1780.<sup>42</sup> A maioria desses anúncios informava as cafeterias como pontos de coleta dessas pessoas. Por exemplo, a *London Gazette* (um dos veículos oficiais do Governo Britânico, inaugurada em 1º de fevereiro de 1666<sup>43</sup>) publicou o seguinte anúncio em 10 de julho de 1704:

FUGIU em 17 de junho passado de seu mestre, um homem crioulo de baixa estatura, de 18 anos de idade, chamado Jack, de lábios grossos, canelas finas, calcanhares longos, fala inglês bem, vestindo calça e casaco de lã grossa, visto por último na região de Safron-Hill, perto de Holborn: ele é marcado com as letras W. B. em um dos ombros no com W. D. no outro. Quem o trouxer para a Cafeteria Jamaica, na Miles Alley em Cornhill, receberá uma recompensa de uma moeda de guiné (tradução nossa<sup>44</sup>).

Considerando as estreitas conexões entre as cafeterias e os jornais, não surpreende que essas instituições tenham se constituído mutuamente como tecnologias de vigilância de pessoas negras (ver também Browne, 2015).

**39** No original: “[f]or sale’ notices [...] were an everyday feature of English and Scottish newspapers”; “trafficking of enslaved people was routine” [N.T.].

**40** (No original: “To be Sold, A Negro Boy, aged about Eleven years. Inquire at the Virginia Coffee-House in Threadneedle-street, behind the Royal-Exchange” [N.T.].) Consultar “Runaway Slaves in Eighteenth-Century Britain ‘For Sale’ Advertisements” [“Escravos em fuga em anúncios de venda na Grã-Bretanha no século XVIII”], p. 2, disponível em: <[httphttps://www.runaways.gla.ac.uk/for\\_sale/Runaway%20Slaves%20in%2018th%20C%20Britain%20-%20For%20Sale.pdf%20Sale.pdf](https://www.runaways.gla.ac.uk/for_sale/Runaway%20Slaves%20in%2018th%20C%20Britain%20-%20For%20Sale.pdf%20Sale.pdf)>. Acesso em: 7 maio 2024.

**41** No original: “many advertisements in the *London Gazette* about runaway slaves listed Lloyd’s [coffee house] as the place where they should be returned” [N.T.].

**42** Esta base de dados está disponível em: <<https://www.runaways.gla.ac.uk/database/display/?rid=675>>. Acesso em: 1 nov. 2021.

**43** Disponível em: <<https://www.thegazette.co.uk/history/timeline>>. Acesso em: 1 nov. 2021.

**44** No original: “RUN away the 17th of June last from his Master, a short Negro Man, 18 years old, named Jack, blubber Lip’d, sharp Shin’d, long Heel’d, speaks good English, with a Frise Coat and Breeches, hath been seen at Safron-Hill near Holborn: He is mark’d on one Shoulder with W. B. and on the other with W. D. Whoever brings him to the Jamaica Coffee-House in Miles Alley in Cornhill, shall have a Guinea Reward” [N.T.].

A segunda conexão, mais indireta, diz respeito às atividades em que os clientes das cafeterias e leitores dos jornais se envolviam. Em muitos aspectos, eles representavam as novas elites comerciais que se beneficiavam do tráfico de pessoas escravizadas. Por exemplo, a famosa Lloyd's Coffee House – a princípio, localizada na Tower Street, em Covent Garden, e depois realocada para a Lombard Street, próxima à Royal Exchange – era frequentada por comerciantes, marinheiros e donos de navios que se encontravam para discutir questões ligadas ao transporte marítimo e aos negócios.<sup>45</sup> Mais tarde, essa cafeteria se desenvolveu e se tornou a Lloyd's, uma seguradora famosa em Londres que acumulou sua riqueza por meio dos seguros contratados por navios que transportavam pessoas escravizadas, então tratadas como uma forma de propriedade privada.<sup>46</sup> Desse modo, além de participar diretamente da venda e recaptura de pessoas escravizadas, as cafeterias também ofereceram oportunidades de networking para elites comerciais negociarem apólices de seguro para navios do tráfico de escravizados. Em última instância, este cenário permitiu sustentar a escravidão por meio da redução dos “riscos” associados ao tráfico de escravizados para aquelas pessoas que se beneficiavam diretamente deste negócio. Embora discussões sobre escravidão “pareciam praticamente proibidas, por comum acordo”, nas cafeterias propriamente ditas, a escravidão dominava a cultura mercantil que permeava as cafeterias (Reynolds, 2022, p. 149, tradução nossa<sup>47</sup>).

A terceira conexão está relacionada ao modo como as cafeterias atuavam como espaços nos quais produtos coloniais como o açúcar, que eram produzidos em economias de base escravocrata no Caribe, eram consumidos (Mintz, 1985). Segundo Gikandi (2014, p. 110, tradução nossa<sup>48</sup>), “o outro lado da cafeteria europeia era o complexo açucareiro caribenho, o cultivo, o processamento e a exportação desta mercadoria viabilizados por pessoas africanas escravizadas”. A riqueza acumulada pelos britânicos proprietários de fazendas de cana-de-açúcar no Caribe sustentava a cultura das cafeterias, mas, por sua vez, as pessoas que consumiam o açúcar também só podiam consumi-lo graças à violência que subjugava as pessoas escravizadas nas plantações. O açúcar estava intrinsecamente ligado à escravidão e era um ponto-chave da economia britânica do século XVIII. “A importação inglesa de açúcar aumentou sete vezes, passando de 430.000 quintais longos<sup>49</sup> em 1700 para mais de 3.000.000 quintais longos em 1800”, enquanto o consumo de açúcar per capita aumentou vertiginosamente de “1 libra para 25 libras<sup>50</sup> entre 1670 e 1770” (Morgan, 1993, p. 184-185, tradução nossa,<sup>51</sup> apud Sheller, 2011, p. 4). Estas três conexões ajudam a evidenciar os múltiplos silêncios no relato histórico de Habermas sobre as principais estruturas sociais que o autor associa ao surgimento de uma nova esfera pública na Grã-Bretanha.

**45** Consultar o artigo de autoria de Matthew White intitulado “Newspapers, Gossip and Coffee-House Culture” [“Jornais, boatos e a cultura das cafeterias”], 10 fev. 2021, disponível em: <<https://brewminate.com/newspapers-gossip-and-coffeehouse-culture-in-early-modern-england/>>. Acesso em: 7 maio 2024.

**46** Para saber mais sobre as reflexões recentes da Lloyd's sobre essa história, consultar: <<https://www.lloyds.com/about-lloyds/history/the-trans-atlantic-slave-trade>>. Acesso em: 7 maio 2024.

**47** No original: “seemed almost forbidden by common consent” [N.T.].

**48** No original: “the counterpoint to the European coffeehouse was the Caribbean sugar complex, the growing, processing, and export of this commodity enabled by African slaves” [N.T.].

**49** O quintal longo é uma unidade de medida britânica utilizada no mercado de commodities na época, equivalente a cerca de 50,8 kg. A importação aumentou de 21,8 toneladas em 1700 para 152.407 toneladas em 1800 [N. T.].

**50** A libra é uma unidade de medida britânica equivalente a 0,453 kg. O consumo per capita passou de cerca de 0,5 kg para 11,3 kg.

**51** No original: “English sugar imports increased sevenfold from 430,000cwt. in 1700 to over 3,000,000cwt. in 1800”; “1 lb. to 25 lbs. between 1670 and 1770” [N.T.].

## Conclusão

Embora Habermas tenha idealizado a deliberação pública como um elemento-chave de como a democracia liberal europeia deveria ser, ao situar seu relato histórico da esfera pública no contexto transnacional mais amplo do capitalismo racial, este artigo evidenciou que as cafeterias e os jornais dos séculos XVII e XVIII só puderam existir graças à escravidão e ao tráfico de pessoas escravizadas, ao mesmo tempo em que sustentaram a continuidade escravocrata. Diversos pesquisadores empregaram a noção habermasiana de esfera pública para refletir sobre a existência de uma esfera pública global ou transnacional no contexto das tecnologias de comunicação, como a televisão por satélite e a internet. Este artigo evidenciou que a esfera pública de Habermas já era profundamente transnacional no século XVIII. Como Eze (1998, p. 141, tradução nossa<sup>52</sup>) argumenta em relação ao trabalho de Habermas, “para a Europa ou para o Ocidente moderno, pensar a si mesmos sem a África implica suprimir os conflitos que moldaram e continuam a moldar a história e as identidades europeias modernas e pós-modernas”.

Ao focar apenas no caráter “emancipatório” da esfera pública, pesquisadores da modernidade liberal posicionaram-se em pontos de vista parciais e brancos, o que os levou a negligenciar a violência racial necessária para que esse espaço existisse. Considerando o foco do nosso campo na mídia massiva moderna e na tecnologia digital, as discussões sobre os séculos XVII e XVIII são raras. No entanto, quando abordamos esses períodos, costuma ser por meio do relato de Habermas sobre a esfera pública burguesa. É fundamental dar visibilidade aos silêncios nas obras canônicas para garantir que esses silêncios não sejam infinitamente replicados.

A reprodução de silêncios canônicos por meio da contínua circulação de obras influentes como *Mudança estrutural da esfera pública*, de Habermas, traz implicações para os modos como conceituamos o mundo no tempo presente. Ao situar o trabalho de Habermas no contexto da escravidão e do tráfico de pessoas escravizadas, damos visibilidade ao papel constitutivo da raça no surgimento da esfera pública. A raça não oferece apenas um outro “prisma”<sup>53</sup> ou um “elemento adicional”<sup>54</sup> para abordar a esfera pública burguesa: ao contrário, a raça – (re)produzida por meio da escravidão e do tráfico de pessoas escravizadas – viabiliza e é fundamental para a constituição da esfera pública burguesa. Essas histórias continuam a repercutir nos modos de dar sentido aos públicos racializados contemporâneos conformados pelo racismo algorítmico (Noble, 2018) e nos modos como mulheres negras são desproporcionalmente assediadas on-line, muitas vezes sem intervenções significativas das plataformas digitais (Bailey, 2021).

Embora centralizar as “margens” seja uma ação fundamental nos debates sobre a “descolonização” da produção de conhecimento acadêmico, este artigo defendeu a importância de provocar rupturas em relação ao “centro”, de modo a dar visibilidade aos silêncios em obras canônicas. Como aponta Shilliam (2021, p. 2, tradução nossa<sup>55</sup>), “se você direcionar seu foco para um estudo exclusivamente das ‘margens’, isto acabaria mantendo o ‘centro’ intacto. Desse modo, seu movimento evitaria questões difíceis, porém importantes, como: quem posicionou suas próprias vidas no centro e as vidas das outras pessoas nas margens?”.

<sup>52</sup> No original: “for Europe or the modern West to think itself without Africa is to suppress the conflicts that shaped and continue to shape modern and postmodern European history and identities” [N.T.].

<sup>53</sup> Consultar a abordagem de Stuart Hall, resumida por Gilroy (2021, p. 2) como “a raça é o prisma” (No original: “race is the prism” [N.T.]).

<sup>54</sup> Consultar Grosfoguel (2011, p. 11) sobre a raça como “uma parte integrante, entremeada e constitutiva desse amplo ‘pacote’ emaranhado chamado de sistema-mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno europeu”. (No original: “integral, entangled and constitutive part of the broad entangled ‘package’ called the European modern/colonial capitalist/patriarchal world-system” [N.T.]).

<sup>55</sup> No original: “if you moved your focus to a study of the ‘margins’ only, then that would leave the ‘center’ intact. Your movement would thereby avoid difficult but compelling questions such as: Who made their lives central and other peoples’ lives marginal?” [N. T.].

Ou, em outras palavras, “focar apenas no que acontece ‘em outros lugares’ produz o efeito de desconectar as formas de pensamento do ‘Sul’ das do ‘Norte’” (Khoo, 2021, p. 705, tradução nossa<sup>56</sup>).

Evidentemente, ao chamar a atenção para a obra de Habermas, suas ideias são reproduzidas novamente, mas o ponto principal não é simplesmente descartar seu trabalho, e sim demonstrar como o ato de “re-leitura” pode contribuir para a renovação de conceitos e abordagens teóricas (Bhambra; Holmwood, 2021, p. 209). O reconhecimento do papel fundacional das histórias da escravidão e do tráfico de pessoas escravizadas de maneira mais profunda em nosso campo irá auxiliar na produção de abordagens da história mais íntimas e entrelaçadas, que revelam as múltiplas conexões entre a África, a Europa e os Estados Unidos (Willems, 2021). Embora este artigo tenha apenas começado a expor os silêncios históricos no trabalho de Habermas, há espaço para aprofundar as leituras cruzadas entre sua versão do surgimento do capitalismo na Europa ocidental e os relatos de escritores da tradição radical negra, como Eric Williams e Cedric Robinson.<sup>57</sup> Este gesto pode lançar luz sobre os modos como o surgimento racializado e transnacional do capitalismo foi constituído por e ajudou a constituir a esfera pública burguesa europeia.<sup>58</sup>

#### *Nota da autora*

Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada como parte de um seminário no grupo de trabalho History of Media Studies, em 17 de novembro de 2021, e no Research Dialogue Series da London School of Economics and Political Science, em 17 de março de 2022. Eu gostaria de agradecer a todos os participantes por seus comentários contundentes. Também agradeço a Toussaint Nothias, Philipp Seufferling e aos avaliadores por suas críticas construtivas.

**56** No original: “[f]ocusing only on what happens ‘elsewhere’ has the effect of disconnecting the ‘Southern’ from the ‘Northern’ forms of thinking” [N. T.].

**57** Consultar Towns (2019), que adota uma estratégia similar ao realizar leituras cruzadas entre Marshall McLuhan, Charles Mills e Frantz Fanon; e Shilliam (2021), que contrasta Immanuel Kant e Sylvia Wynter no segundo capítulo de seu livro.

**58** Consultar Sobande (2021) e Saha e Van Lente (2022) sobre como abordar o conceito de “capitalismo racial” em suas análises, respectivamente, do racismo digital e das indústrias culturais.

## Referências

ASAD, T. (Ed.). **Anthropology & the colonial encounter**. Londres: Ithaca Press, 1973.

BAILEY, M. **Misogynoir Transformed: Black Women's Digital Resistance**. Nova York: New York University Press, 2021.

BAUGH-HARRIS, S.; WANZER-SERRANO, D. Against Canon: Engaging the Imperative of Race in Rhetoric. **Communication and Critical/Cultural Studies**, v. 15, n. 4, p. 337-342, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14791420.2018.1526386>>. Acesso em: 2 out. 2024.

BENKLER, Y. **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom**. New Haven; Londres: Yale University Press, 2006.

BEUTIN, L. **Sylvia Wynter and the History of Communication: a New World View**. Artigo apresentado virtualmente na pré-conferência ICA "Exclusions in the History and Historiography of Communication Studies", 26-27 maio 2021.

BHAMBRA, G. K. On the Politics of Selective Memory in Europe: Rethinking "National" Histories in an Imperial Context. In: WHITEHEAD, C.; ECKERSLEY, S.; DAUGBJERG, M.; BOZOGLU, G. (Eds.). **Dimensions of Heritage and Memory: Multiple Europes and the Politics of Crisis**. Londres; New York: Routledge, 2019. p. 172-181.

\_\_\_\_\_. Decolonizing Critical Theory?: Epistemological Justice, Progress, Reparations. **Critical Times**, v. 4, n. 1, p. 73-89, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1215/26410478-8855227>>. Acesso em: 2 out. 2024.

\_\_\_\_\_.; HOLMWOOD, J. **Colonialism and Modern Social Theory**. Cambridge: Polity Press, 2021.

BLOCH, B. The Unfinished Project of Enlightenment. **Boston Review**, 18 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.bostonreview.net/articles/brandon-bloch-learning-history/>>. Acesso em: 6 maio 2024.

BROOKS, J. The Early American Public Sphere and the Emergence of a Black Print Counterpublic. **William and Mary Quarterly**, v. 62, n. 1, p. 67-92, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/3491622>>. Acesso em: 2 out. 2024.

BROWNE, S. **Dark Matters: on the Surveillance of Blackness**. Durham: Duke University Press, 2015.

BUTSCH, R. (Ed.) **Media and Public Spheres**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.

CALHOUN, C. (Ed.) **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

CASTELLS, M. The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 616, n. 1, p. 78-93, mar. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0002716207311877>>. Acesso em: 2 out. 2024.

CHAKRAVARTY, P.; KUO, R.; GRUBBS, V.; MCILWAIN, C. #CommunicationSoWhite. **Journal of Communication**, v. 68, n. 2, p. 254-266, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/joc/jqy003>>. Acesso em: 2 out. 2024.

CONNELL, R. **Southern Theory: the Global Dynamics of Knowledge in Social Science**. Cambridge: Polity Press, 2007.

CORCHIA, L. The Frankfurt School and the Young Habermas: Traces of an Intellectual Path (1956-1964). **Journal of Classical Sociology**, v. 15, n. 2, p. 191-208, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1468795x14567281>>. Acesso em: 2 out. 2024.

DAHLGREN, P. **Television and the Public Sphere: Citizenship, Democracy and the Media**. Londres: SAGE Publications, 1995.

\_\_\_\_\_. The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation. **Political Communication**, v. 22, n. 2, p. 147-162, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10584600590933160>>. Acesso em: 2 out. 2024.

DALLEO, R. **Caribbean Literature and the Public Sphere: from the Plantation to the Postcolonial**. Charlottesville: University of Virginia Press, 2011.

DE SOUSA SANTOS, B. Public Sphere and Epistemologies of the South. **Africa Development**, v. 37, n. 1, p. 43-67, 2012.

DOWNIE, J. A. How Useful to Eighteenth-Century English Studies is the Paradigm of the 'Bourgeois Public Sphere'? **Literature Compass**, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1741-4113.2004.00022.x>>. Acesso em: 2 out. 2024.

ELLIS, A. **The Penny Universities: a History of the Coffee Houses**. Londres: Secker & Warburg, 1956.

ELTIS, D.; RICHARDSON, D. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade**. New Haven: Yale University Press, 2010.

ESCOBAR, A. **Pluriversal Politics: the Real and the Possible**. Durham: Duke University Press, 2020.

EZE, E. C. Out of Africa: Communication Theory and Cultural Hegemony. **Telos**, v. 111, p. 139-162, 1998.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: a Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: CALHOUN, C. (Ed.). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992. p. 109-142.

\_\_\_\_\_.; NASH, K. **Transnationalizing the Public Sphere**. Cambridge: Polity Press, 2014.

GERZINA, G. **Black London: Life before Emancipation**. New Jersey: Rutgers University Press, 1995.

GIKANDI, S. **Slavery and the Culture of Taste**. New Jersey: Princeton University Press, 2014.

GILROY, P. Introduction: Race is the Prism. In: GILROY, P.; WILSON GILMORE, R. (Eds.). **Selected Writings on Race and Difference: Stuart Hall**. Durham: Duke University Press, 2021. p. 1-19.

GITLIN, T. Public Spheres or Public Sphericules?. In: LIEBES, T.; CURRAN, J. (Eds.). **Media, Ritual and Identity**. Londres; Nova York: Routledge, 1998. p. 168-174.

GROSGUÉL, R. Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality. **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, v. 1, n. 1, p. 1-37, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.5070/t411000004>>. Acesso em: 2 out. 2024.

GUNARATNE, S. A. Public Sphere and Communicative Rationality: Interrogating Habermas's Eurocentrism. **Journalism & Communication Monographs**, v. 8, n. 2, p. 93-156, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/152263790600800201>>. Acesso em: 2 out. 2024.

HABERMAS, J. **The Structural Transformation of the Public Sphere: an Inquiry into a Category of Bourgeois Society**. Cambridge: Polity Press, 1989 [1962].

HESSE, B. Racialized Modernity: an Analytics of White Mythologies. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 4, p. 643-663, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01419870701356064>>. Acesso em: 2 out. 2024.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialectic of Enlightenment: Philosophical Fragments**. Stanford: Stanford University Press, 2002 [1947].

KATZ, E.; PETERS, J. D.; LIEBES, T.; ORLOFF, A. **Canonic Texts in Media Research: Are there any? Should there be any? How about these?**. Cambridge: Polity Press, 2002.

KHOO, S. M. On decolonial revisions of modern social theory. **International Sociology**, v. 36, n. 5, p. 704-719, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/026858092110574>>. Acesso em: 2 out. 2024.

LOWE, L. **The Intimacies of Four Continents**. Durham: Duke University Press, 2015.

LUNT, P.; LIVINGSTONE, S. **Talk on Television: Audience Participation and Public Debate**. Londres: Routledge, 2002.

MANO, W.; MILTON, V. C. **Routledge Handbook of African Media and Communication Studies**. Londres: Routledge, 2021.

MARTIN, J.; NAKAYAMA, T. Communication as Raced. In: SHEPHERD, G. J.; ST JOHN, J.; STRIPHAS, T. (Eds.). **Communication as....** Londres: SAGE Publications, 2006. p. 75-83.

MCKITTRICK, K. **Dear Science and Other Stories**. Durham: Duke University Press, 2021.

MEGHJI, A. **Decolonizing Sociology**. Cambridge: Polity Press, 2020.

MIGNOLO, W. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options**. Durham: Duke University Press, 2011.

MILLS, C. **The Racial Contract**. Ithaca: Cornell University Press, 2014 [1997].

MIN, S. J. On the Westernness of Deliberation Research. **Journal of Public Deliberation**, v. 10, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.16997/jdd.207>>. Acesso em: 2 out. 2024.

MINTZ, S. W. **Sweetness and Power: the Place of Sugar in Modern History.** Nova York: Penguin, 1985.

MOHAMMED, W. F. Dismantling the Western Canon in Media Studies. **Communication Theory**, v. 32, n. 2, p. 273-280, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/ct/qtac001>>. Acesso em: 2 out. 2024.

MORGAN, K. **Bristol and the Atlantic Trade in the Eighteenth Century.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MOUFFE, C. **The Democratic Paradox.** Londres; Nova York: Verso, 2000.

MUKHERJEE, R. Of Experts and Tokens: Mapping a Critical Race Archaeology of Communication. *Communication, Culture and Critique*, v. 13, n. 2, p. 152-167, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/ccc/tcaa009>>. Acesso em: 2 out. 2024.

MULLEN, S.; MUNDELL, C.; NEWMAN, S. P. Black Runaways in Eighteenth-Century Britain. In: GERZINA, G. (Ed.). **Britain's Black Past.** Liverpool: Liverpool University Press, 2020. p. 81-98.

MUTSVAIRO, B. **Palgrave Handbook of Media and Communication Research in Africa.** Nova York: Palgrave Macmillan, 2018.

NA'PUTI, T. R.; CRUZ, J. M. Mapping Interventions: Toward a Decolonial and Indigenous Praxis Across Communication Subfields. *Communication, Culture and Critique*, v. 15, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/ccc/tcab064>>. Acesso em: 2 out. 2024.

NEGT, O.; KLUGE, A. **Public Sphere and Experience: Toward an Analysis of the Bourgeois and Proletarian Public Sphere.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993 [1972].

NG, E.; WHITE, K. C.; SAHA, A. #CommunicationSoWhite: Race and Power in the Academy and Beyond. *Communication, Culture and Critique*, v. 13, n. 2, p. 143-151, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/ccc/tcaa011>>.

NOBLE, S. U. **Algorithms of Oppression: how Search Engines Reinforce Racism.** Nova York: New York University Press, 2018.

PAPACHARISSI, Z. The Virtual Sphere: the Internet as a Public Sphere. **New Media & Society**, v. 4, n. 1, p. 9-27, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/14614440222226244>>. Acesso em: 2 out. 2024.

PARK, D. W.; POOLEY, J. **The History of Media and Communication Research: Contested Memories.** Nova York: Peter Lang, 2008.

RAUCHFLEISCH, A. The Public Sphere as an Essentially Contested Concept: a Co-Citation Analysis of the Last 20 Years of Public Sphere Research. **Communication and the Public**, v. 2, n. 1, p. 3-18, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/2057047317691054>>. Acesso em: 2 out. 2024.

REYNOLDS, E. W. **Coffeehouse Culture in the Atlantic World, 1650-1789.** Londres: Bloomsbury, 2022.

- ROBINSON, C. J. **Black Marxism: the Making of the Black Radical Tradition**. Chapel Hill; Londres: University of North Carolina Press, 2000 [1983].
- ROIG, E. Uttering “Race” in Colorblind France and Post-Racial Germany. In: FERREIDOOONI, K.; EL, M. (Eds.). **Rassismuskritik und widerstandsformen**. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden GmbH, 2016. p. 613-627.
- SAHA, A.; VAN LENTE, S. Diversity, Media and Racial Capitalism: a Case Study on Publishing. **Ethnic and Racial Studies**, v. 45, n. 16, p. 216-236, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01419870.2022.2032250>>. Acesso em: 2 out. 2024.
- SHELLER, M. Caribbean and the Slave Trade. In: SOUTHERTON, D. (Ed.). **Encyclopedia of Consumer Culture**. Londres: SAGE Publications, 2011. p. 141-146.
- SHILLIAM, R. **Decolonizing Politics**. Cambridge: Polity Press, 2021.
- SHOME, R. Postcolonial Interventions in the Rhetorical Canon: an “Other” View. **Communication Theory**, v. 6, n. 1, p. 40-59, 1996. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.1996.tb00119.x>>. Acesso em: 2 out. 2024.
- SIMONSON, P.; PARK, D. W. **The International History of Communication Study**. Londres; Nova York: Routledge, 2016.
- SMITH, L. T. **Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples**. Londres: Zed Books, 1999.
- SOBANDE, F. Spectacularized and Branded Digital (Re)Presentations of Black People and Blackness. **Television & New Media**, v. 22, n. 2, p. 131-146, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1527476420983745>>. Acesso em: 2 out. 2024.
- TOWNS, A. The (Black) Elephant in the Room: McLuhan and the Racial. **Canadian Journal of Communication**, v. 44, n. 4, p. 545-554, 2019. Disponível em: <<https://cjc.utpjournals.press/doi/pdf/10.22230/cjc.2019v44n4a3721>>. Acesso em: 2 out. 2024.
- TROUILLOT, M. R. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.
- VOLKMER, I. **The Global Public Sphere: Public Communication in the Age of Reflective Interdependence**. Cambridge: Polity Press, 2014.
- WILLIAMS, E. **Capitalism and Slavery**. Nova York: Penguin, 2022 [1944].
- WILLEMS, W. Provincializing Hegemonic Histories of Media and Communication Studies: Towards a Genealogy of Epistemic Resistance in Africa. **Communication Theory**, v. 24, n. 4, p. 415-434, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/comt.12043>>. Acesso em: 2 out. 2024.
- \_\_\_\_\_. Unearthing Bundles of Baffling Silences: the Entangled and Racialized Global Histories of Media and Media Studies. **History of Media Studies**, v. 1, 31 out. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.32376/d895a0ea.52801916>>. Acesso em: 2 out. 2024.
- ZIDANI, S. Whose Pedagogy is it Anyway? Decolonizing the Syllabus Through a Critical Embrace of Difference. **Media, Culture & Society**, v. 43, n. 5, p. 970-978, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177%2F0163443720980922>>. Acesso em: 2 out. 2024.